

CONSULTA



Revisão do Regulamento AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial)

– Resumo –

Este inquérito é uma iniciativa conjunta do Comité das Regiões, do Trio de Presidências do Conselho da União Europeia (Espanha-Bélgica-Hungria), da Comissão Europeia e do programa INTERACT. Tendo em vista a revisão do Regulamento (CE) n.º 1082/2006 sobre o AECT, pretende recolher os pontos de vista dos Estados-Membros, dos AECT existentes ou em preparação, dos órgãos do poder regional e local e de outras partes interessadas. O inquérito foca principalmente os aspectos legislativos a melhorar ou modificar com vista à próxima revisão e tem igualmente em conta o valor acrescentado e as potencialidades deste instrumento jurídico.

Os vários contributos foram tidos em conta na elaboração do parecer de iniciativa sobre a Revisão do Regulamento AECT, que o Comité das Regiões emitirá no início de 2011¹, e para o subsequente trabalho legislativo das instituições. O Regulamento (CE) n.º 1082/2006 relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), dispõe que, até 1 de Agosto de 2011, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a sua aplicação, bem como eventuais propostas de alteração.

O Comité das Regiões recebeu 91 contributos. Participaram praticamente todos os interessados envolvidos no AECT, incluindo 15 dos 16 AECT existentes, 15 AECT em preparação, 13 estruturas transfronteiriças de outros tipos (principalmente Euro-regiões), 26 órgãos de poder local e regional, 8 governos nacionais (7 Estados-Membros e a Suíça), 7 principais associações e 7 contributos de outros peritos e interessados, incluindo o INTERACT. O espaço geográfico dos contributos abarca 23 Estados-Membros, directa ou indirectamente. Os AECT, já existentes ou em preparação, que responderam ao inquérito abrangem 20 Estados-Membros.

O questionário continha perguntas de teor quantitativo e qualitativo referentes a: aspectos jurídicos relacionados com o AECT, incluindo o Regulamento (CE) n.º 1082/2006 e a sua aplicação pelos Estados-Membros; sugestões de natureza jurídica e política para melhorar o AECT; o AECT e a cooperação territorial europeia; a experiência com o AECT, realização das suas funções, dificuldades encontradas e evolução futura; e o papel do AECT para a integração europeia.

¹

CDR 100/2010, relator Alberto Núñez Feijóo(PPE-ES), Presidente da Junta da Galiza.

Síntese das conclusões:

- Os inquiridos consideram que o **Regulamento tem de ser mudado**, sobretudo no sentido de facilitar o funcionamento dos AECT e aperfeiçoar o modo como são criados.
- A principal questão jurídica diz respeito às **diferenças na legislação em vigor em cada Estado-Membro**. Esta questão tem particularmente a ver com os diversos estatutos jurídicos dos AECT existentes, uma situação derivada de decisões divergentes tomadas pelos Estados-Membros no âmbito do procedimento de aplicação a nível nacional, como permitido ao abrigo do regulamento. Foram também apontadas dificuldades no que diz respeito à definição do conteúdo de convenções e estatutos e aos respectivos procedimentos de aprovação. De modo geral, há necessidade de simplificar os procedimentos.
- **Informação, comunicação e assistência técnica** são necessárias ao nível europeu e nacional. Os inquiridos são a favor de uma estrutura europeia e apoiam a estrutura em rede, a comunicação e o apoio prestado pelo CR.
- A maior parte dos inquiridos chamou a atenção para a necessidade de os AECT recrutarem o seu próprio **peçoal** e identificarem qual a legislação aplicável. Entre as principais preocupações jurídicas está a questão do peçoal.
- A maior parte dos inquiridos é a favor de que se autorize a **participação de entidades privadas** nos AECT, mas apenas em determinadas condições.
- Relativamente à questão da participação de **países terceiros**, há uma grande divergência entre a posição dos Estados-Membros, que consideram que a participação de países terceiros deveria ser limitada, e a das outras partes interessadas (AECT, órgãos de poder local e regional, associações e peritos), que são a favor de uma revisão da actual regra e da introdução de disposições menos rigorosas.
- A maioria dos inquiridos é muito positiva quanto à questão de os AECT actuarem como **autoridade de gestão** e secretariado técnico conjunto, pelo facto de isso vir na linha do princípio da subsidiariedade. Algumas autoridades nacionais mostram-se relutantes em delegar a gestão dos programas. Há muitas vantagens em usar os AECT para a realização dos projectos de cooperação territorial europeia (CTE); contudo, o principal problema diz respeito à elegibilidade do AECT.
- Os AECT realizam uma vasta gama de actividades. Na prática, os AECT ou assumem o papel de estruturas de coordenação política e de cooperação ou actuam como novos níveis de governação.
- Os inquiridos consideram que o AECT é o principal instrumento jurídico da UE para a **coesão territorial**. É igualmente um laboratório para uma **governação a vários níveis**, criando um canal de comunicação a dois níveis numa abordagem da base para o topo. Poderá actuar como facilitador para resolver vários problemas fronteiriços.

Para mais informações, visite o portal do AECT do Comité das Regiões:

www.cor.europa.eu/egtc

egtc@cor.europa.eu

© Committee of the Regions, 2010
